

Japão pode participar de ajuda emergencial

Jorge Ferreira
de São Paulo

O Eximbank japonês está disposto a conceder um financiamento emergencial para que o Brasil possa enfrentar a crise financeira internacional. No entanto, o diretor-geral da Divisão 3 do órgão, Sanuki Kunio, disse ontem que o governo brasileiro não apresentou um pedido de ajuda à instituição.

Nesse financiamento emergencial não está incluído o empréstimo de US\$ 900 milhões que está sendo negociado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado às micro, pequenas e médias empresas, além de projetos nas áreas de saúde e educação.

O executivo não especula sobre o valor dessa possível operação de emergência. Diz apenas que isso teria de ser negociado com o governo japonês e sempre preservando os recursos do órgão. Assegura, porém, que caso o pedido seja feito, o Eximbank agirá o mais rápido possível, para que a chegada desses recursos possa tranquilizar os investidores e ajudar a preservar as reservas internacionais do País.

De acordo com o diretor do Departamento de Análise Econômica e de Risco do Eximbank, Luiz Awazu Pereira da Silva, a fuga da capitais observada nas últimas semanas deveu-se a um desconhecimento, pelos investidores, da real situação da economia brasileira. "Temos con-

fiança de que o Brasil vai superar o atual quadro de turbulências sem necessidade de alterações fundamentais na política econômica, como uma desvalorização do real, por exemplo".

Para Awazu, a situação brasileira é completamente diferente da dos países asiáticos ou da Rússia. "O ciclo de crescimento econômico da Ásia atingiu seu pico e está em fase de desaceleração. O Brasil, ao contrário, está no começo de um ciclo de investimentos produtivos, através das privatizações e da modernização de sua economia", compara.

"Além disso, na Ásia, o grau de alavancagem da economia pelo setor bancário chega a 150% do Produto Interno Bruto. Ou seja, há uma vulnerabilidade muito maior a qualquer alteração na política monetária. No Brasil, essa dependência é muito menor, está em torno de um terço do PIB", disse Awazu.

"No caso russo, a capacidade de captação de impostos não se compara à do Brasil. Outra diferença é que o grau de estabilidade política neste País é muito maior. A condução da política econômica também é muito mais estável e previsível do que na Rússia", explica.

"Hoje, no Brasil, há plena consciência da necessidade de uma política fiscal firme. A situação está sob controle e o pior momento da crise de confiança no País já passou. Mas o setor público precisa gastar menos e melhor", completa Awazu.